

*Território em imagens:
o Novo Mundo sob o olhar dos cosmógrafos-mores*

MARIA ELIZA LINHARES BORGES
Professora do Departamento de História da UFMG

Resumo

O presente artigo visa analisar a linguagem cartográfica do Novo Mundo entre os séculos XVI e XVII. Os mapas produzidos são concebidos como um artefato material e cultural que funciona como um *recurso de autoridade*. A partir deles, cria-se e difunde-se uma lógica de ordenação do espaço territorial intimamente ligada aos interesses, materiais e simbólicos, das cortes européias. Traços importantes desse saber podem ser encontrados na cartografia dos sertanistas brasileiros do século XVIII.

Palavras-chave: Cartografia; Iconografia; Fonte histórica.

Abstract

The article aims to analyze the cartographic language about the New World between the XVIth and the XVIIth centuries. The maps then produced are conceived as a material and cultural artifact that works as a *resource of authority*. From them on it is created and expanded a logic of ordination of the territorial space closely related to the interests, both material and symbolic, of the European courts. Important features of that knowledge can be found in the cartography of the *sertanistas*, the Brazilian backland explorers, of the XVIIIth century.

Keywords: Cartography; Iconography; Historical source.

Os mapas não são nem verdadeiros nem falsos, mas um meio de imaginar, de articular e estruturar o mundo dos homens.

Harley, J. B.

A DISPUTA TERRITORIAL ULTRAMARINA no período das grandes navegações, sobretudo entre Portugal e Espanha, deu origem a uma série de tratados diplomáticos, cujo objetivo era legitimar a conquista e o poder desses impérios em territórios da Ásia, da África e do Novo Mundo. A visibilidade da partilha do novo ecúmeno cristão teve na cartografia um forte aliado. Nesse período, os cosmógrafos-mores, pagos pelo erário real, produziram mapas, cartas e atlas neles registrando imagens da fauna, da flora e dos povos contactados, usando para isso um diálogo entre textos, imagens visuais, diagramas e signos matemáticos.

Em 1973, a editora Abril Cultural publicou mais um volume da coleção *Grandes Personagens da Nossa História*. Na edição em questão, as personagens são um conjunto de mapas e atlas das terras do Novo Mundo. Após uma breve introdução sobre a história da cartografia, os editores apresentam ao leitor 56 mapas produzidos por cosmógrafos reais entre os séculos XVI e XVIII. Nesse *corpus* documental encontram-se reproduções assinadas por cartógrafos que, na época, serviam às casas reais de Portugal, Espanha, Inglaterra, aos Países Baixos, trabalhos de anônimos e inclusive um mapa do cartógrafo turco Piri Reis. Ao lado de cada reprodução, a editora oferece algumas informações sobre o cartógrafo, a data da confecção do mapa, além da localização atual de seu original. Esse é o principal conteúdo do volume *Mapas Históricos Brasileiros*.¹

Ao longo dos últimos cinco anos, temos visto reproduções variadas desses mapas sendo utilizadas em sala de aula por professores de História do ensino fundamental e médio. Seu manuseio visa, fundamentalmente, despertar o interesse dos alunos. Quase sempre, são utilizados para introduzir unidades que tratam das Grandes Navegações e da conquista do Novo Mundo. Muitas vezes, trabalhando com os professores de Geografia, os alunos vão aprendendo a identificar os erros geográficos contidos nos mapas apresentados. Esse exercício pedagógico de extremo valor é, em algumas situações, orientado por uma abordagem histórica de natureza evolutiva e linear. O uso da iconografia cartográfica quase não é explorado em sala de aula, o que significa que os mapas permanecem, na maior parte do tempo, como obras exóticas de grande beleza estética.

O propósito do presente artigo é sugerir àqueles que se interessam pela utilização da iconografia cartográfica em sala de aula algumas opções de análise

de temas ligados à idéia de fronteiras e de organização do espaço territorial no período da conquista e da colonização do Brasil. Para tal, selecionamos dois mapas contidos na referida coleção e nos dispusemos a analisá-los à luz dos debates que norteiam a reflexão do uso da cartografia como um documento para a pesquisa histórica. O primeiro mapa selecionado refere-se aos primeiros momentos do processo de conquista das terras brasileiras e o segundo data da terceira década do século XVII, mais especificamente a do período da União Peninsular ou União Ibérica.

Interessa-nos, especificamente, mostrar que, além de documento material do processo de conquista das coroas ibéricas no Novo Mundo, parte da produção dos cosmógrafos-mores também pode ser analisada como um *recurso de autoridade*² (Harley, 1995, p. 23). Em outras palavras, mediante a combinação de textos, imagens e símbolos matemáticos, esses funcionários da realeza produziram, transmitiram e difundiram, na Europa e na América, um saber cartográfico comprometido também com os interesses simbólicos do poder imperial.

Os mapas que analisaremos indicam-nos como o diálogo entre texto e imagem visual criou e transmitiu uma *pedagogia do olhar*, a qual funcionou como um *discurso* sobre a vida e o território ibero-americano. Para os súditos europeus, o discurso cartográfico teve a função de reforçar um sistema de crenças, valores e símbolos já contido nas crônicas dos viajantes e na literatura de homens que, como Mandeville, há muito se encarregavam de produzir e difundir visões sobre as sociedades localizadas abaixo da linha do Equador. Aos novos membros do ecúmeno cristão, os habitantes do Novo Mundo, esse discurso ensinou, transmitiu e difundiu uma forma de ver e conceber o espaço social a partir de critérios alheios ao saber, sobre o território, dos povos que aí viviam antes da chegada dos europeus.

Esse padrão cartográfico foi sendo assimilado pelos desbravadores nativos do espaço colonial português, os sertanistas. Seus mapas, sobretudo aqueles elaborados ao longo do século XVIII, seguem, com raras exceções, o mesmo padrão cartográfico criado nas cortes européias.

Saber cartográfico e produção de territórios

EMBORA UMA CARTOGRAFIA NÁUTICA, alicerçada em bases relativamente distintas da cartografia mítico-religiosa da Alta Idade Média, já estivesse em curso na Europa desde meados do século XIII, a preocupação com a chamada cartografia científica e/ou positiva só adquiriria força nas primeiras décadas do século

seguinte. Não por acaso, na década de 70 do século XV foi publicada, na Europa, a primeira versão em latim da *Geographia* de Ptolomeu (Bronwn, 1977).

Desde então, a burocracia dos Estados-Nações ligados ao processo de abertura do mundo incentiva a criação de centros especializados na produção de mapas, onde transita uma elite constituída por homens originários de diferentes regiões da Europa.

Além de geógrafos, astrônomos e matemáticos, os cosmógrafos-mores eram muitas vezes navegadores e/ou representantes da administração metropolitana nos territórios ultramarinos.³ Seu saber científico sobre mares, terras e oceanos — herança de pai para filho, apreendido na prática das oficinas cartográficas e muitas vezes no trabalho de campo, credenciava-os como cosmógrafos-mores perante os patrocinadores do processo de expansão das fronteiras comerciais e territoriais ultramarinas. Referindo-se à tradição da autoridade dos cartógrafos, o autor de *A arte de navegar dos portugueses* lembra-nos de que,

... para que os erros geográficos de Ptolomeu fossem considerados verdades respeitáveis, bastou sua autoridade de grande astrônomo. Para que esses erros fossem julgados como tais, foi precisa toda a audácia dos navegadores portugueses que, em 1471, passaram o equador no fundo do Golfo da Guiné, desconhecido do geógrafo alexandrino, e 1487, irromperam, com Bartolomeu Dias, no Ocidente Índico; e em 1511, depois da tomada de Malaca, acabara de desfazer a lagoa ptolomaica, entrando pelo Oceano Pacífico... (Silva, 1921, p. 31-32).

Se, por um lado, concordamos com o autor da citação acima, por outro, não podemos deixar de reconhecer que o saber cartográfico, sobretudo o do período em questão, não se reduz à linguagem científico-geográfica. Ao contrário, a prática cartográfica dos cosmógrafos-mores também se apoiava em uma complexa e diferenciada rede de informações. Seu saber sobre terras distantes pressupunha a leitura e interpretação de textos e esboços cartográficos produzidos por navegadores, clérigos e funcionários reais, médicos, viajantes, entre outros, estabelecidos nos territórios em processo de conquista. Portanto, grande parte do que se dizia sobre as terras e a vida no novo ecúmeno cristão mesclava informação objetiva, interesses materiais diferenciados e imaginários, positivos e negativos, previamente assentados no patrimônio cultural dos europeus.

O trabalho dos cosmógrafos-mores pressupunha seleção, interpretação e controle dos dados coletados em função dos objetivos de seus patrocinadores. A autoridade que os imperadores lhes conferiam, credenciava-os, perante seu público-alvo, como criadores e difusores de cosmologias sobre as terras de ultramar.

Se foram necessários quase treze séculos para se desfazerem os “erros geográficos” de Ptolomeu, indagamos: quantos mais não têm sido necessários para que a vida das sociedades localizadas abaixo do equador possa ser vista a partir de critérios não europeus?

Em muito casos, as informações técnicas sobre os territórios representados nos mapas e atlas eram, propositadamente, alteradas. Os segredos de Estado ficavam guardados em mapas de uso exclusivo da burocracia dos impérios coloniais. Muitos foram gastos pelo uso no processo de conquista marítima e territorial. Para o que nos interessa, há que se frisar que uma parcela significativa da cartografia imperial era direcionada a um público letrado, culto e interessado em acompanhar o processo de abertura do mundo. A invenção da imprensa, bem como a proliferação das oficinas gráficas na Europa desempenharam um papel crucial na sua transmissão e difusão.

Por volta de 1480, 111 cidades da Europa vangloriavam-se de possuir oficinas gráficas. Dentre essas, destacavam-se 22 localidades em territórios que hoje compõem a Alemanha, sendo quatro em Mainz, 49 em áreas hoje correspondentes à Itália, oito entre a França e os Países Baixos, cinco na área de Áustria-Hungria, seis na Espanha e quatro entre a Inglaterra e a Suíça. Desde então, mas sobretudo a partir do século XVI, uma parcela significativa da produção das oficinas europeias dedica-se à edição de mapas, cartas e livros técnicos sobre navegação (Brown, 1977, p. 150). No século XVI, Lisboa tinha cinco oficinas tipográficas, 54 livrarias e dez iluminadores-cartográficos (Dantas, 1921, p. 19).

Nesse mesmo período, as chamadas pinturas de história funcionavam como outro pólo de divulgação da linguagem cartográfica. Bússolas, globos terrestres, paisagens marítimas, lunetas, entre outros, ora compõem o fundo dos retratos de reis, rainhas e ministros de Estado, ora vestem os corpos desses patrocinadores dos pintores de história (Alegria, 1995 e Burke, 1996). A exemplo da cultura de corte, as famílias letradas cobriam as paredes de suas casas com reproduções de mapas e cartas das terras de além-mar. O ato de aprender a olhar mapas e, posteriormente, de estampá-los nas paredes das casas era uma forma lúdica e eficaz de induzir o homem culto e, mais tarde, o homem comum, a participar de uma certa visão do alargamento das fronteiras ibéricas.

O diálogo entre texto e imagem, nascido do cruzamento dos signos cartográficos e reafirmado pela iconografia cartográfica presente nas pinturas de história, além de legitimar e celebrar o poderio e a grandeza da ação dos conquistadores do Novo Mundo, despertava, nos súditos reais, um sentimento de pertença a esse empreendimento de proporção globalizada.

Os consumidores dessas imagens tendiam a lê-las como queriam seus patrocinadores, os reis, e seus produtores, os cosmógrafos-mores, ou seja, o que se vê no interior das molduras dos mapas e atlas não tem sentido em si mesmo, ao contrário, a articulação dos signos ali existentes simboliza e torna visível uma outra realidade: a das práticas político-culturais concebidas nos gabinetes dos ministros de Estado e efetivadas nos mares e territórios ultramarinos (Bourdieu, *s/d*, p. 7-16). Como dissemos anteriormente, as imagens presentes na iconografia cartográfica do Novo Mundo estavam sempre a remeter a uma simbologia previamente conhecida dos diferentes segmentos dos impérios europeus. Basta lembrar a força do imaginário sobre o oceano Índico, presente na literatura de viagem que, desde o século XIII, era fartamente consumida pelos leitores do Velho Mundo (Le Goff, 1980 e Tucci, 1984).

A narrativa iconográfica inscrita nos mapas e atlas dos cosmógrafos-mores, combinada com a difusão cada vez maior de uma literatura de viagem, vai reforçando uma forma de ver o mundo marcada, inicialmente, pela diferença e pela superioridade do conquistador sobre o conquistado e, posteriormente, pelo avanço das semelhanças entre as velhas e as novas partes do ecúmeno cristão.

Terra Brasilis: a cosmologia de Lobo Homem

SE TOMARMOS COMO EXEMPLO UMA DAS PEÇAS do Atlas de Miller, *Terra Brasilis* (1519)⁴ (Figura 1), atribuída ao cosmógrafo português Lobo Homem, veremos que o mapa cria uma cosmologia da parte sul do Novo Mundo assentada no par civilizado/ bárbaro.

À direita de quem olha, deparamo-nos com os ícones do primeiro pólo desse par. Sete naus sustentando o emblema do Estado português, a cruz de Malta, distribuem-se sobre uma área que se supõe ser o oceano Atlântico. Na extremidade superior, à direita, vê-se um trecho de terra, provavelmente Portugal, simulando o ponto de partidas das embarcações. A cor verde da fração do território português é a mesma utilizada para retratar a terra conquistada. Muito provavelmente, essa identidade de tom quer significar uma identidade de domínio territorial. Embora a presença humana não faça parte desse cenário, o azul denso sob os cascos dos navios, aliado à representação de emblemas, bandeiras, rosas dos ventos, de uma escala em léguas e do traçado da rede de linhas demarcando as direções geográficas e os climas, sugere um cenário marítimo, lugar por excelência da disputa europeia pelo domínio territorial do Novo Mundo. Antes de pisar em terra firme, os conquistadores deveriam estar

preparados para dominar os mistérios das águas oceânicas. A função desse conjunto de signos é demonstrar a superioridade científica e a engenhosidade dos que chegavam ao Novo Mundo.

Em terra, a ordenação do espaço segue uma outra lógica. Atende aos requisitos de uma cosmologia ordenada por característica de um mundo bárbaro, mas que, como se verá adiante, promete possibilidades de interação com o mundo civilizado. Uma costa larga e sinuosa apresenta-se quase que completamente nomeada. Nas duas extremidades à esquerda da terra cartografada, duas bandeiras colocadas, uma ao norte e outra ao sul do novo continente, denunciam o avanço das fronteiras portuguesas em relação às determinações do Tratado de Tordesilhas (1494). Já aí, a idéia de fronteira apresenta-se como algo móvel e instável.

Para orientar o leitor na compreensão do que se deve ver e entender nas imagens contidas em *Terra Brasilis*, Lobo Homem dispõe, acima da terra cartografada, uma pequena explicação em latim sobre a fauna, a flora e a gente da terra. A ordenação imagética segue a mesma lógica do texto escrito. Se, de um lado, se percebe uma interação entre os habitantes do Novo Mundo e uma natureza povoada por monstros alados, mata densa e animais bucólicos, representados pela variedade de pássaros, por outro, vê-se que esse estado de natureza não chega a ser totalmente selvagem. Há, entre os nativos, alguns indicadores que sugerem a presença de uma organização social baseada na diferenciação hierárquica de *status* social. Enquanto a nudez marca a condição dos coletores de madeira, portanto do segmento de trabalhadores, instrumentos de comando, como arcos e flechas, cocares e capas — ícones que lembram o poder dos chefes europeus — vestem o corpo dos que aparentam comandar o trabalho de seus subordinados. Nessa representação, Lobo Homem sugere que os hábitos de trabalho e a existência de uma organização social, ainda que primitivos, poderiam, no futuro, criar laços de interação entre mundo civilizado e mundo bárbaro.

A toponímia, escrita em português, sela a trama da dominação. É a partir do idioma dos conquistadores que se renomeia a costa oeste do território. Ao rebatizá-lo, o cosmógrafo remete ao esquecimento a cultura local e, simultaneamente, celebra a memória do mundo dito civilizado.

Narrativas como essas podem ser encontradas em diferentes trabalhos cartográficos produzidos ao longo de todo o século XVI. Basta lembrar o famoso planisfério de Pierre Desceliers (1546); os mapas de Diogo Homem (1558); o atlas do cartógrafo e editor Abraham Ortelius, *Theatrum Orbis Terrarum* (1570)

e o do geógrafo, cartógrafo e matemático flamengo Gerhardus Mercator, *Atlas Sive Cosmographicae Meditationes de Fabrica Mundi e Fabrica Figura* (1595).

Ao longo do século XVII, o padrão cartográfico das terras de além-mar, sobretudo dos territórios que contavam com investimentos materiais das metrópoles europeias, vai apresentando algumas alterações. A essa época, o conhecimento das fronteiras ultramarinas em processo de conquista já demandava um nível de detalhamento não existente no período imediatamente posterior ao da chegada dos europeus.

João Teixeira Albernás e as imagens da conquista territorial do Brasil

EM 1631, JOÃO TEIXEIRA ALBERNÁS, membro de uma eminente família de cosmógrafos-mores a serviço das cortes ibéricas desde o século XV, concluiu seu trabalho cartográfico intitulado *Estado do Brasil coligido das mais certas notícias q pode ayuntar Dõ Ieronimo de Attayde*.⁵ Trata-se de um *corpus* documental, em forma de atlas, sobre as capitâncias hereditárias do Brasil, composto de 36 mapas aquarelados sobre papel trapo, no formato de 68x 44cm.

As ligações de Teixeira Albernás com D. Antônio de Ataíde eram antigas. Em 1605, fora nomeado cartógrafo dos Armazéns da Casa de Guiné e Índia, onde conheceu D. Antônio, na época, governador de Goa. Em 1612, chegou a elaborar algumas cartas de navegação para esse alto funcionário da corte portuguesa. Em 1622, João Teixeira Albernás, filho de Luiz Teixeira, antigo cosmógrafo-mor de Portugal, depois de ter trabalhado como cosmógrafo para a corte espanhola, recebeu o título de cosmógrafo-mor da Armada Portuguesa.

Na petição em que pleiteava tal título, João Teixeira Albernás não deixou de enumerar a posse de certos atributos que, segundo a tradição da época, eram necessários para conferir autoridade de cosmógrafo-mor a geógrafos, matemáticos e astrônomos. Dirigindo-se a Sua Majestade, disse: “aprendi com muitos a usar a dita arte de mestre de fazer cartas de marear, astrolábios, agulhas, bestillas e os mais instrumentos que pertencem à arte de navegar”.⁶

O primeiro mapa do Atlas de Albernás funciona, a nosso ver, como uma espécie de *mapa-índice* (Figura 2). Nele encontramos dois tipos de ordenação do espaço: um tipicamente informativo e político, e outro, propriamente científico. Do primeiro consta uma relação de todas as capitâncias hereditárias do Brasil com os escudos dos diferentes donatários, uma demarcação hipotética das fronteiras das principais nações indígenas brasileiras e, ao sul e ao norte, a demarcação, em dois padrões, das então fronteiras entre os reinos de Portugal e

Castela. Para compor o segundo, Teixeira Albernás lança mão de uma escala em léguas e uma rosa dos ventos, demarca o Trópico de Capricórnio e a linha do Equador e, finalmente, em idioma português, nomeia os principais pontos de entrada dos navios no litoral brasileiro, tais como recifes, portos, ancoradouros e rios. O interior do mapa é recortado por uma cadeia de montanhas dispostas aleatoriamente. Essa estética funciona como uma forma de datação dos limites do conhecimento territorial dos colonizadores. Nos demais mapas, o cosmógrafo-mor lança mão de texto e imagem para escrever uma espécie de saga dos conquistadores ibéricos nas diferentes partes do território.

Centraremos nossa atenção na planta de número 22, intitulada *Planta de Restitvicao da Bahia* (Figura 3). Nessa aquarela de rara beleza plástica tem-se uma visão de um momento da batalha travada, em mar e terra, entre os holandeses, de um lado, e os membros da União Ibérica (1580-1640) de outro, ocorrida em abril de 1625, portanto, seis anos antes do término de seu atlas.

Jogando com as cores ocre, vermelho, verde e azul, o cosmógrafo-mor pinta um cenário terrestre povoado por ruas, vielas e praças habitadas por construções públicas, eclesiásticas e particulares. Como que prisioneira dos morros e das águas do dique *Ortas* (hoje dique do Tororó), cujas construções se encontravam sob o domínio holandês desde maio de 1624, a cidade de Salvador assume, na planta, o *status* do principal personagem da trama histórica.

Abaixo, um outro ponto de fuga prende o olhar do espectador: sobre as águas da Bahia de Todos os Santos, abre-se um cenário cujo conteúdo só pode ser compreendido se as imagens forem associadas ao título da carta e à nomeação dos grupos das embarcações. A idéia de uma guerra naval não é evidente a um observador que desconhece os acontecimentos históricos do período. Como na leitura de um texto, a compreensão da intenção do autor vai surgindo pouco a pouco. Como bem lembra Harley, a cartografia jamais é silenciosa. Para compreender o que se passa no mar é preciso percorrer os olhos pela legenda, localizada à direita, na parte superior da carta. Só assim se completa o sentido da *histoire-bataille* de Teixeira Albernás, cujo desfecho se encontra estrategicamente anunciado no título da carta: *Restitvicao da Bahia*.

Vinte e nove lugares correspondentes à parte terrestre do mapa encontram-se nomeados na referida legenda. O termo *inimigo* é uma constante na explicação de cada um dos lugares pontuados. Para construir seu conceito de inimigo, vê-se que o cartógrafo se apóia na legitimidade do Tratado de Tordesilhas. Nele, os Países Baixos não têm qualquer direito sobre as terras abaixo do equador. Portanto, a idéia de inimigo está claramente associada aos holandeses.

Uma leitura crítica do diálogo entre texto e imagem descortina as ambigüidades desse discurso cartográfico. Seu autor parece esquecer-se de que em sua carta-índice já estava demonstrada a fragilidade do referido tratado. Desde o início do século XVII, a fronteira territorial da antiga *Terra Brasilis* já ultrapassara em muito os limites espaciais postos pelo Tratado de Tordesilhas. Em 1631, quando Teixeira Albernás concluiu esse atlas, as terras do Brasil eram objeto de um intenso processo de disputa. Franceses, ingleses e holandeses disputavam, desde fins do século XV, com a União Ibérica, o controle de áreas ricas em drogas, tabaco e, principalmente, cana de açúcar. Do outro lado do Atlântico, a Espanha dos Felípes se batia contra os Países Baixos. Além dos franceses, os holandeses eram, efetivamente, os maiores inimigos dos espanhóis. Ao aplicar a noção de inimigo ao território colonial, o relato cartográfico transpõe o leitor para fora dos espaços da moldura de sua carta.

Para completar a operação simbólica autorizada pelo poder de seu saber, Teixeira Albernás conduz o leitor até as evidências do comportamento profanador do inimigo. Cada número da legenda dirige o olhar do leitor para uma imagem na cidade sob o domínio holandês. No prédio do Colégio de Jesus, diz o cosmógrafo-mor, “o inimigo assenta peças de artilharia”, a Igreja de São Francisco serve de “armazém ao inimigo”, a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda “serve de adega ao inimigo” e a Igreja da Sé – ah!... nela o inimigo completa seus atos sacrílegos – é transformada em “Mesquita”. Aí, mais do que em qualquer outra parte da planta, o cosmógrafo-mor dá a ver o sentido, também religioso, da luta entre as potências européias na América.

Se conjugarmos essa seqüência de informações com o título da planta, perceberemos que a Reconquista Ibérica da cidade de Salvador também significa a recolocação do *sim-bólico* — tudo o que aproxima — no lugar do *dia-bólico* — tudo o que divide — (Debray, 1993, p. 61). O lugar que primeiro recebera a visitação do Tribunal do Santo Ofício na colônia não poderia continuar nas mãos de protestantes e sobretudo de judeus e cristãos novos. Aí, a cosmologia católica sobrepõe-se à dos infiéis, representados pelos holandeses. Em nenhuma outra carta do Atlas Albernás diz ao público europeu que, em 1630, um ano antes de concluir sua obra, os holandeses já haviam dominado uma das capitanias mais importantes do Brasil. Expulsos da Bahia em abril de 1625, dominaram a capitania de Pernambuco em 1630, lá permanecendo até janeiro de 1654.

Ao longo de todo o século XVII, a produção cartográfica vai migrando para as mãos de militares, engenheiros, arquitetos e de religiosos. O saber cartográfico oficial ordena os territórios a partir de necessidades e interesse fiscais e militares.

É assim que o público europeu toma contato com a iconografia dos caminhos que levam às vilas e cidades, lugares por excelência do controle fiscal, bem como dos fortes, fortalezas e destacamentos militares, *locus* privilegiado do controle militar

Finda a União Ibérica, a dinastia de Bragança reiniciou uma série de negociações com a corte espanhola. O objetivo era estabelecer uma nova demarcação das terras de ambos os impérios em territórios de ultramar. Foi assim que, em 1729, D. João V editou o Alvará que determinava “fazerem-se mapas das terras do dicto Estado não só pela marinha, mas pelos sertões, com toda a distinção, para que melhor se assinalem e conheçam os districtos de cada bispado, governo, capitania, comarca e doação...” (Ávila, 1989, p. 376).

Como decorrência direta desse Alvará, foram financiadas duas expedições científicas ao Brasil, uma em 1730 e outra em 1753, esta para celebrar o Tratado de Madrid. Da primeira fizeram parte dois cartógrafos, que ficaram conhecidos como os *padres-matemáticos*: os jesuítas Diogo Soares, português, e o italiano Domingo Capassi, produtores do *Novo Atlas do Brasil*. Da segunda expedição participaram geógrafos e astrônomos portugueses, espanhóis, italianos e alemães. Para tal empreendimento, o governo metropolitano fez um grande investimento em instrumentos técnicos necessários ao esquadrinhamento do território. Do trabalho dessa equipe resultaram iconografias de fortes e fortalezas, vilas e cidades, edifícios civis e religiosos, engenhos, aldeamentos indígenas, entre outros. Mas a questão fundamental que norteou esses tratados, a disputa territorial entre Portugal e Espanha, não ficou resolvida. Os mapas produzidos espelhavam o jogo de meias-palavras dos termos do Tratado de Madrid. As fronteiras portuguesas e espanholas, delimitadas nos mapas, não refletiam a realidade das posses de um e de outro império.

Assim sendo, novas negociações levaram, em 1777, à assinatura do Tratado de Santo Ildedonso. Com esse, “reconhecia-se o novo princípio do *uti possidetis*, que servia de base ao direito de ocupação, e que a fronteira devia seguir preferencialmente os cursos de água e os cumes dos montes” (Guerreiro, 1990, p. 34).

Como se vê, o interesse da cartografia oficial centra-se fundamentalmente na áreas fronteiriças entre Portugal e Espanha. A imagem que se produziu do Brasil foi muito semelhante à sua atual imagem cartográfica. Embora conhecer, localizar e identificar cartograficamente os cursos de água e os cumes dos montes tenham sido os objetivos centrais dos cartógrafos, sabe-se hoje que essa cartografia, que advoga para si o *status* de linguagem precisa e exata, quer dizer, exclusivamente

científica, se fez acompanhar de inúmeros mapas regionais, cartas urbanas e relatos textuais produzidos inclusive por cartógrafos brasileiros ligados às tropas e milícias das diferentes capitânicas. Grande parte desses documentos, de natureza textual e iconográfica, revela ao leitor sua dimensão simbólica.

Esse é o caso, por exemplo, dos relatos e da cartografia do militar-cartógrafo José Joaquim da Rocha que, entre os anos de 1778 e 1798,⁷ produziu cinco mapas da Capitania de Minas: o *Mappa da Capitania de Minas Gerais com sua deviza e suas comarcas*, o da *Comarca do Serro Frio*, o da *Comarca do Rio das Mortes*, o da *Comarca de Villa Rica*, o do *Rio Doce*, onde priorizou a navegação, e o *Mappa da Comarca do Sabará* (Borges, 2001, p. 6/7).

Em todos eles, as histórias narradas, hoje guardadas nos acervos cartográficos do Arquivo Público Mineiro de Belo Horizonte e do Arquivo do Exército, no Rio de Janeiro, permitiram ao rei, “sem se deslocar, e a partir de seu gabinete, sem dificuldade, ver com os olhos e tocar com os dedos a extensão e a diversidade de seu território” (Revel, 1992, p.145).

Para além da beleza plástica desses exemplares cartográficos que o método panofskyano, entre outros, ajuda a desvendar, há ainda que ressaltar que esses documentos/monumentos, feitos também para serem vistos a distância, acabam por permitir um tipo de controle do espaço social e cultural livre de culpa. A visão limpa do território não registra os atos de violência material e simbólica nele executados por diferentes categorias de agentes do poder. Assim como os mapas de José Joaquim da Rochas, outros, que vieram antes e depois, tenderam a silenciar sobre as diferentes formas de resistência das populações mestiças ante a ação da administração metropolitana.

A intencionalidade dessas lacunas cartográficas é a difusão de uma consciência de que as diferenças de identidade socioculturais só podem ser toleradas se não chegam a perverter os traços fundamentais de sua matriz: a metrópole.

Enquanto isso, desde o final do século XVII, a febre do ouro estimulava o ir e vir das expedições de “nacionais” em áreas sabidamente produtoras do mineral aurífero e em outras que o imaginário europeu, havia muito, se encarregara de acreditar serem o éden do Novo Mundo.

As chamadas cartas sertanistas do século XVIII, cujo tamanho tende a ser de 29 x 40 ou 41 cm, em geral são mapas anônimos, manuscritos e desenhados a tinta ferrogálica. Sua função era tipicamente pragmática. Visavam servir de orientação aos sertanistas que se deslocavam pelo interior das Capitânicas de Minas Gerais e Goiás em busca do metal precioso.

A ausência do jogo de cores, o desconhecimento da técnica da perspectiva e a não- utilização de instrumentos sofisticados de medição de latitudes e longitudes por parte desses mestres da expansão territorial tornam esses mapas iconograficamente pobres, quando comparados àqueles produzidos pelos cosmógrafos-mores. Porém, uma análise iconológica (Panofsky, 1995) desses mapas vai-nos indicando que esses homens herdaram traços fundamentais do padrão cartográfico introduzido no Brasil desde o início do processo de colonização. Esse é, por exemplo, o caso de um dos mapas, anônimo e sem data certa, de um dos trechos do Rio São Francisco, na Capitania de Minas Gerais.⁸

Aí o sertanista-cartógrafo apresenta um traçado do referido rio com alguns de seus afluentes, como o Paracatu e o Pacuí. Indica, mediante desenhos simples, a localização de trajetos do rio, de vilas e cidades, ilhas, da serra do Mar, do porto da Cotovia. No verso da folha, vê-se a representação icônica de uma fortaleza plantada em uma das curvas do Rio São Francisco com a ilha de São Gabriel. Para representar as vilas, o mapa apresenta o desenho da fachada de uma capela; a caracterização das cidades faz-se mediante o símbolo de uma matriz; os caminhos percorridos são uma seqüência de pontos, marcados por pequenos cortes, onde se lê a medição das distâncias em dias de viagem da caravana. A imagem da fortaleza de São Gabriel, no verso da folha, é uma réplica simplificada da iconografia de fortes e fortalezas, típica dos parâmetros cartográficos utilizados pelos militares-cartógrafos a serviço da corte portuguesa.

Tentando responder à questão colocada nas primeiras páginas deste artigo, referente ao poder de difusão de uma maneira de ver saída do saber credenciado do cartógrafo, importa ressaltar que, já no início do século XVIII, os signos cartográficos utilizados pelos sertanistas remetem-nos diretamente à cartografia europeia. Além disso, seus mapas revelam os interesses e as intenções que guiavam os deslocamentos territoriais desses responsáveis pela interiorização da colonização portuguesa.

Ora, se a expectativa principal é descobrir caminhos que levem aos veios auríferos e diamantíferos, o olhar desses sertanistas-cartógrafos concentra-se nos meios necessários à efetivação de seus propósitos. Nessa medida, a idéia de fronteira aí contida não leva em consideração as fronteiras das sociedades indígenas, quase sempre reunidas e homogeneizadas a partir de seus grandes ramos lingüísticos. Como vestimentas que cobrem a extensão de um corpo, esse padrão cartográfico reedita uma visão do território claramente comprometida com valores, crenças e simbolismos forjados no mundo dito civilizado.

A utilização e análise, no ensino e na pesquisa histórica, das diferentes faces do diálogo entre texto e imagem contidas nesse conjunto cartográfico muito podem contribuir para compreendermos e discutirmos acerca da natureza das fontes históricas. A partir do uso da cartografia em sala de aula pode-se discorrer sobre toda a teoria brotada das reflexões de Bloch, Le Goff, Thompson, entre outros, sobre a intencionalidade do documento histórico, sobre sua dimensão celebrativa, bem como sobre o processo de aprendizagem da observação das fontes utilizadas pelos pesquisadores das Ciências Sociais e da História, em particular.

Ao oferecermos, neste artigo, uma opção de abordagem histórica dos mapas de Lobo Homem e de João Teixeira Albernás, vinculando sua linguagem à cartografia dos militares-cartógrafos, sobretudo dos mapas dos bandeirantes, nossa intenção não foi outra senão sugerir algumas pistas para o enriquecimento daqueles que já lançam mão desse artifício pedagógico, além de estimular a outros que porventura ainda não tenham percebido a riqueza didática presente nesse tipo de documentação.

Bibliografia

ALEGRIA, M. F.; GARCIA, J. C. Aspectos da evolução da cartografia portuguesa (séculos XV a XIX). In: DIAS, M. H. (Org.). *Os mapas em Portugal: da tradição aos novos rumos da cartografia*. Lisboa: Cosmos, 1995. p. 29-84.

ATLAS do Estado do Brasil, Coligido das mais Sertas Noticias q pode Aiuntar Dõ Iernonimo de Ataide, por Joaõ Teixeira Albernás, Cosmographo de Sua Magde, Anno de 1631. São Paulo: Nova Fronteira, 1977. (Edição encomendada pelo Banco BBM S.A).

ÁVILA, C. et al. Cartografia e inconfidência: considerações sobre a obra de José Joaquim da Rocha. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2- 3, maio/dez 1989. (Edição comemorativa do bicentenário da Inconfidência Mineira e da Revolução Francesa: 1789-1989).

BORGES, M. E. L. Cartografia, poder e imaginário: a produção cartográfica portuguesa e terras de além-mar. In: SIMAN, L. M. de C. e FONSECA, T. N. de

L. *Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.136 a 138.

_____. A hermenêutica cartográfica em uma sociedade miscigenada. In: CONGRESSO INTERNACIONAL MEDIADORES CULTURAIS, 4., 2001, Belo Horizonte. *Resumos...* Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2001. p. 6-7.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, [19—]. p. 7-16.

BROWN, L. A The world of Claudius Ptolemy. In: _____. *The story of maps*. New York: Dover Publications, 1977. p. 58-80.

_____. The map and cart trade. In: _____. *The story of maps*. New York: Dover Publications, 1977. p. 50-179.

BURKE, P. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

DANTAS, J. A era Manuelina. In: DIAS, C. M. et al. (Org.). *História da colonização portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1921. v. 1, cap. I, p. 19. (Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil).

DEBRAY, R. *Vida e morte da imagem: uma história do olhar no ocidente*. Petrópolis: Vozes, 1993.

HARLEY, J. B. Carte, savoir et pouvoir. In: GOULD, P.; BAILLY, A. *Le pouvoir des cartes: Brian Harley et la cartographie*. Paris: Anthropos, 1995.

HOLANDA, S. B. de *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1968.

GUERREIRO, I. Fronteiras do Brasil Colonial: a cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII. *Oceanos*, Lisboa, n. 40, p. 24-45, out./dez. 1990.

LE GOFF, J. O ocidente medieval e o oceano Índico: um horizonte onírico. In: _____. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no ocidente*. Lisboa: Estampa, 1980. p. 272-274.

MAPAS históricos brasileiros. São Paulo: Abril Cultural, [19—]. (Coleção Grandes Pensadores da Nossa História).

MAPA: imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1993.

NOVO, B. R.; MARTIN-MERAS, L. *Cuatro siglos de cartografía em América*. Madrid: MAPFRE, 1922.

PANOFSKY, E. *Significado das artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

RESENDE, M. E. L. de. Estudo Crítico. In: ROCHA, J. J. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

REVEL, J. Conhecimento do território, produção do território: França, nos séculos XIII-XIX. In: _____. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SIVA, L. P. da. A arte de navegar dos portugueses – desde o Infante a D. João de Castro. In: DIAS, C. M. et al. (Org). *História da colonização portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1921. v. 1, c. II, p. 31-32. (Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil).

TUCCI, U. Atlas. In: *Enciclopédia Einaud: memória-história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. v. 1, p. 130-157.

Notas

1 As figuras de n.ºs 1 e 3, que se encontram no final do artigo, foram extraídas dessa obra; a figura n.º 2 foi reproduzida a partir do *MAPA: Imagens da formação territorial brasileira*.

2 O conceito *recurso de autoridade* implica uma forma de controle e transmissão de saber produzida por indivíduos credenciados pela autoridade política legalmente constituída.

3 Apenas para lembrar, cabe destacar figuras como Cristóvão Colombo, Américo Vespúcio, que, além de cartógrafos, também foram navegadores e conquistadores, e Fernão Vaz Dourado, que foi vice-rei na Índia duas vezes.

4 *Terra Brasilis* é um dos mapas atribuído ao cosmógrafo-mor de D. Manuel. Essa peça encontra-se hoje na Biblioteca Nacional de Paris e integra a coleção de mapas conhecida como Atlas de Miller. O mapa data aproximadamente de 1519, é feito à mão sobre pergaminho. Sobre a imagem utilizada, ver: *MAPAS Históricos Brasileiros*, p. 7.

5 O original desse atlas encontra-se na Biblioteca da Ajuda, em Portugal. Sobre as imagens aqui analisadas foram retiradas do *ATLAS do Estado do Brasil, Coligido das mais Sertas Notícias q pode Aiuntar Dõ Iernonimo de Ataide, por Joãõ Teixeira Albernã, Cosmographo de Sua Mage, Anno de 163*. Reproduções parciais desse atlas podem ser encontradas em *MAPAS Históricos Brasileiros*.

6 *ATLAS do Estado do Brasil, Coligido das mais Sertas Notícias q pode Aiuntar Dõ Iernonimo de Ataide, por Joãõ Teixeira Albernã, Cosmographo de Sua Mage, Anno de 1631*. Folha de apresentação do atlas.

7 É importante esclarecer que as memórias e os mapas de José Joaquim da Rocha têm sido objeto do estudo de diversos pesquisadores da história de Minas Colonial. Mais recentemente, em 1995, seus relatos e memórias sobre a Capitania de Minas Gerais foram reeditados. Dessa publicação consta também um estudo crítico belíssimo sobre suas memórias, realizado por Maria Efigênia Lage de Resende. Anos antes, em 1989, a cartografia de José Joaquim da Rocha foi objeto de um outro estudo desenvolvido por um grupo de pesquisadoras da Fundação João Pinheiro. Em ambos os trabalhos, a cartografia de José Joaquim da Rocha foi objeto de uma análise mais técnica do que simbólica.

8 ARC.30, 1, 2b Cartografia ICON. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seção de cartografia. A análise dos mapas contidos nessa seção e de outros existentes em outros acervos faz parte de uma pesquisa em curso, sob nossa coordenação.

E-mail da autora: liliza@dedalus.lcc.ufmg.br

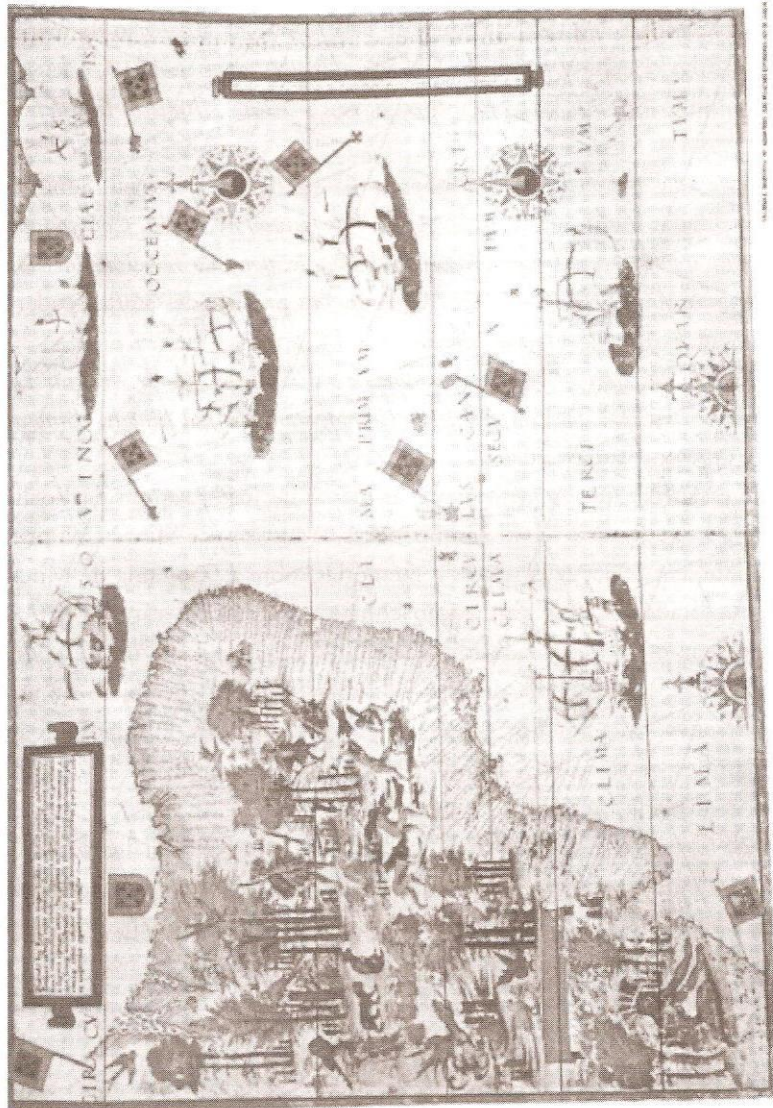


Figura 1

Título: *Terra Brasilis*

Autor: Lobo Homem

Fonte: *Mapas Históricos Brasileiros*, São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 7

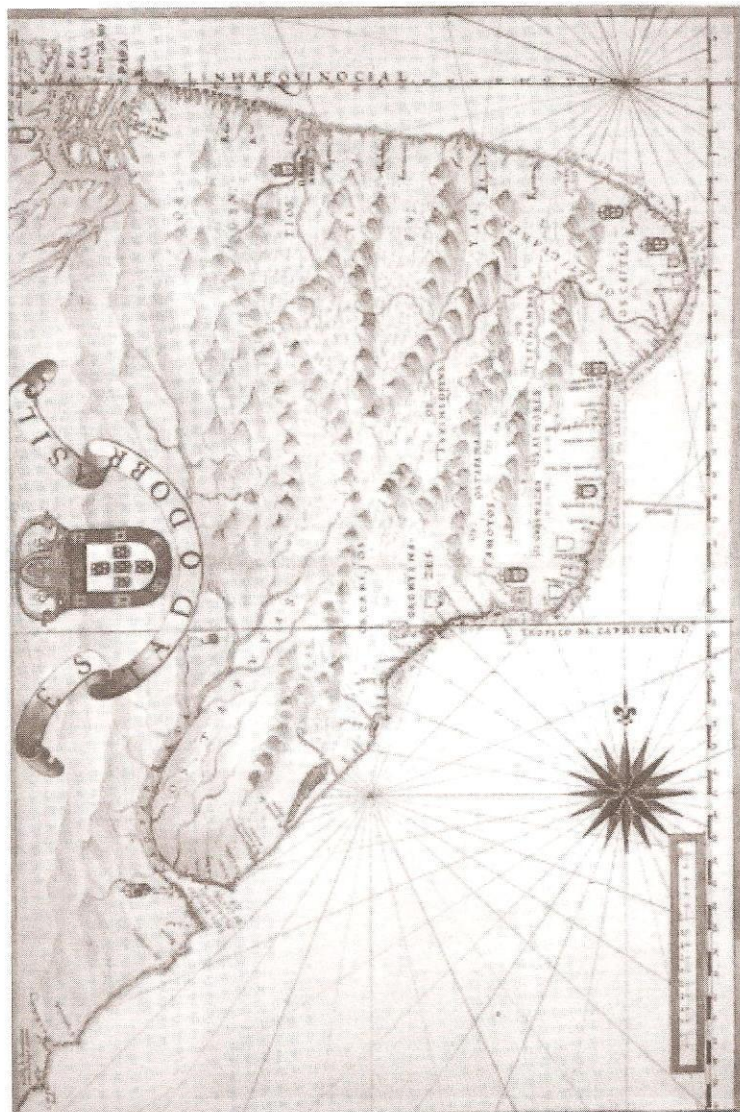


Figura 2

Título: *Estado do Brasil colligido das mais certas noticias q pode ayuntar Dõ Ieronimo de Attyade.*

Autor: João Teixeira Albernaz

Fonte: *Imagem da Formação Territorial Brasileira.* Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1993, p. 273

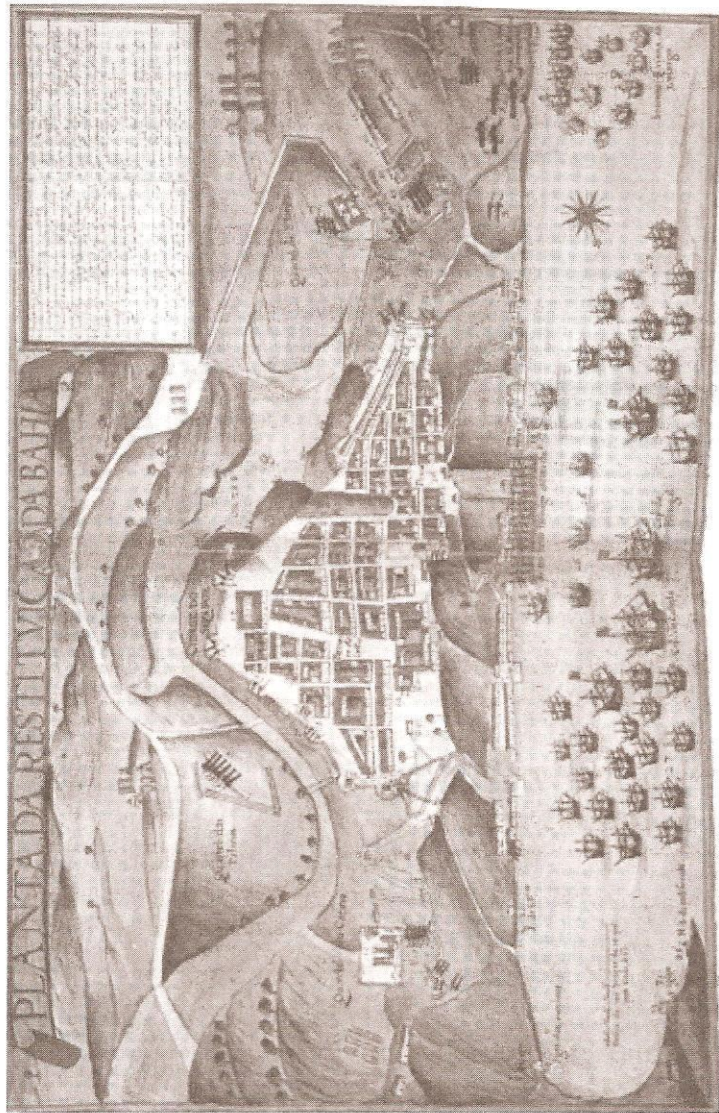


Figura 3

Título: *Restituição da Bahia*. In: Estado do Brasil coligido das mais certas notícias q pode ayuntar Dō Ieronimo de Atarrayde.

Autor: João Teixeira Albernaz

Fonte: *Mapas Históricis Brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, 1973 p. 34